

291 PARTICIPAÇÕES S.A.
Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Balancos Patrimoniais

Demonstrações dos Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

291 PARTICIPAÇÕES S.A.
Balancos Patrimoniais
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes	4	46.071	48.973
Impostos a compensar	5	2.263	2.263
		<u>48.334</u>	<u>51.236</u>
Não circulante			
Investimentos			
Controladas e coligadas	6	982	982
		<u>982</u>	<u>982</u>
		<u>49.316</u>	<u>52.218</u>
<u>Passivo</u>		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Circulante			
Obrigações fiscais e sociais	7	-	22
Outras contas a pagar	8	10	10
		<u>10</u>	<u>32</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	9	2.463.370	2.463.370
Prejuízo acumulado		(2.414.064)	(2.411.184)
		<u>49.306</u>	<u>52.186</u>
		<u>49.316</u>	<u>52.218</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ronaldo Silva Cirino de Lacerda

CPF: 244.877.324-68

CREA-PE: 21.835

Diretor

Pedro Ventura de Farias Junior
 CPF: 685.437.607-63
 CRC-RJ 73231/O-6
 Contador

Pedro Ventura de Farias Junior
 Contador CRC RJ 079.231/O

291 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas administrativas	10	-	(37.796)
Despesas tributárias	11	(1.972)	(5.303)
		<u>(1.972)</u>	<u>(43.099)</u>
Receitas financeiras		-	580
Despesas financeiras		(909)	(844)
	12	<u>(909)</u>	<u>(264)</u>
Resultado antes da tributação		<u>(2.881)</u>	<u>(43.363)</u>
Contribuição social		-	(52)
Imposto de renda		-	(87)
Prejuízo líquido do exercício		<u>(2.881)</u>	<u>(43.502)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Ronaldo Silva Círeno de Lacerda

CPF: 291.877.824-68
CREA-PE: 21.835


Pedro Ventura de Farias Junior
CPF: 685.437.607-63
CRC-RJ 74231/O-6
Contador

Pedro Ventura de Farias Junior
Contador CRC RJ 079.231/O

291 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.463.370	(2.367.681)	95.688
Prejuízo do exercício	-	(43.502)	(43.502)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.463.370	(2.411.184)	52.186
Prejuízo do exercício	-	(2.881)	(2.881)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>2.463.370</u>	<u>(2.414.065)</u>	<u>49.305</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Ronaldo Silva Cirino de Lacerda

CPF: 244.877.324-68

CREA-PE: 21.835

Diretor


Pedro Ventura de Farias Junior
CPF: 625.431.607-63
CRC-RJ 792.311/O-6
Contador

Pedro Ventura de Farias Junior
Contador CRC RJ 079.231/O

291 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Prejuízo líquido do exercício	(2.881)	(43.502)
Ajustes por:		
Outros resultados	<u>-</u>	<u>(580)</u>
Resultado Ajustado	(2.881)	(44.083)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Diminuição (aumento) em impostos a compensar	-	5.898
Diminuição em obrigações fiscais e outras contas a pagar	<u>(22)</u>	<u>(24)</u>
Recursos líquidos usados nas atividades operacionais	<u>(2.903)</u>	<u>(38.208)</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.903)</u>	<u>(38.208)</u>
Demonstração de redução do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48.973	87.182
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>46.071</u>	<u>48.973</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.903)</u>	<u>(38.208)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ronaldo Silva Cirino de Lacerda

CPF: 244.877.324-68

CREA-PE: 21.835

Diretor

Pedro Ventura de Farias Junior
CPF: 685.437.607-63
CRC-RJ 72231/O-8
Contador

Pedro Ventura de Farias Junior
Contador CRC RJ 079.231/O

291 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

1 - Contexto Operacional

A 291 Participações é uma sociedade por ações de capital fechado, e tem por objeto a participação em empreendimentos e/ou outras sociedades comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista, especialmente na área de concessões públicas.

2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais foram aprovadas para divulgação pela Administração em 30 de abril de 2025.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d).

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("Moeda Funcional"). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real.

291 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

c) Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis individuais a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações contábeis anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

2.2. Demonstrações Contábeis Individuais

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.3 Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas

O International Accounting Standards Boards (IASB) está realizando uma revisão ampla do IFRS for SMEs Standards, equivalente ao Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – CPC PME (R1).

O draft do documento está em fase de discussão e contribuições para sua edição.

A revisão das normas precisa ser aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para a adoção para pequenas e médias empresas.

3 - Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos/exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b) Instrumentos financeiros

291 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e suas controladas possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 5.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornem uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

291 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Contas a receber

Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituiu provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos empréstimos a receber.

As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

A Companhia e suas controladas adotam como prática a provisão integral de contratos encerrados e não recebidos, e para as demais contas a receber com entidades públicos e privados não encerrados não constitui provisão para perda esperadas.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do Custo Médio de Aquisição e inclui gastos incorridos pela aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

e) Investimentos

Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.

Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia. O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada.

291 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.

f) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são

instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis.

g) Intangível

É representado por gastos com aquisição de Softwares e registro de logomarca. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

h) Redução ao valor recuperável de não financeiros (impairment)

Ativos não financeiros

Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

291 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

i) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. As controladas que apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro Presumido, o qual estabelece um percentual de presunção sobre as receitas tributáveis. O recolhimento efetivo do imposto de renda e da contribuição social é diferido enquanto não houver a liquidação financeira (regime de caixa) dos valores a receber.

j) Provisões

(i) Geral

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(ii) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de suas controladas, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas.

k) Reconhecimento de receita

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos

incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

Receitas diferidas

291 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

O resultado das obras de curto prazo está registrado em Receitas Diferidas. O reconhecimento em conta de resultado é feito por ocasião do encerramento da obra.

l) Resultado básico por ação

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

m) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e equivalente de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Depósitos bancários a vista	46.071	48.973
	<u>46.071</u>	<u>48.973</u>

5 - Impostos a Compensar

	31.12.2024	31.12.2023
IRPJ saldo negativo	2.263	2.263
	<u>2.263</u>	<u>2.263</u>

291 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

6 - Participações em Sociedades Controladas e Coligadas

A conta de investimentos em coligadas e controladas apresenta a seguinte composição:

Empresas:	%	31.12.2024		31.12.2023	
		Valor do Investimento	Resultado de Equivalência	Valor do Investimento	Resultado de Equivalência
Citronela Participações S.A.	100	982	-	982	-
		<u>982</u>	<u>-</u>	<u>982</u>	<u>-</u>

7 - Obrigações fiscais e sociais

	31.12.2024	31.12.2023
Obrigações fiscais sobre lucro	-	22
	<u>-</u>	<u>22</u>

8 - Outras contas a pagar

	31.12.2024	31.12.2023
Dividendos a pagar	10	10
	<u>10</u>	<u>10</u>

9 - Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.463.369,50 (dois milhões quatrocentos e sessenta e três mil trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos), representados por 584.519 (quinhentas e oitenta e quatro mil quinhentas e dezenove) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos

De acordo com os estatutos, é assegurado aos acionistas da companhia um dividendo mínimo obrigatório de 3% do lucro líquido ajustado na forma legal.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da lei nº. 6.404/76.

291 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

d) Resultado por ação

O prejuízo por ação foi:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Prejuízo do Exercício	(2.881)	(43.502)
Número de ações	<u>584.519</u>	<u>584.519</u>
Prejuízo por ação	(0,0493)	(0,0744)

10 - Despesas Administrativas

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas Gerais	-	(1.089)
Despesas indedutíveis	-	(16.707)
Serviço prestado pessoa jurídica	-	(20.000)
	<u>-</u>	<u>(37.796)</u>

11 - Despesas tributárias

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Impostos e taxas Estaduais	(1.971)	(5.303)
	<u>(1.971)</u>	<u>(5.303)</u>

12 - Resultado financeiro

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas Financeiras		
Juros	-	(4)
Taxas bancárias	(909)	(840)
	<u>(909)</u>	<u>(844)</u>
Receitas Financeiras		
Varição Monetária ativa	-	580
	<u>-</u>	<u>580</u>
Resultado líquido financeiro	(909)	(264)

291 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

13 - Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou qualquer outro ativo de risco.

14 - Gerenciamento de Risco Financeiro

a) Considerações Gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da companhia e suas investidas.

As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia

b) Gerenciamentos de Riscos

A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio